

Mortes e Lutos na Internet: Uma Cartografia
Jefferson Rosa Marques Batista
Simone Rodrigues Peixoto
Universidade Evangélica de Goiás - UNIEVANGÉLICA

Resumo

Esse trabalho objetiva mapear o dispositivo do luto na internet por meio do agenciamento entre os métodos cartográfico e genealógico. Procurou-se mapear as múltiplas práticas, saberes e subjetivações concernentes ao luto, marcando os ditos e não ditos dessa experiência. Para isso, foram utilizados diários de campo como registros dos conteúdos e incômodos causados pelo encontro com o luto no território da internet. As perguntas suscitadas pelos incômodos permitiram a organização do conteúdo nas seguintes linhas: neoliberalismo, positividade, religião, violência e medicalização que dizem sobre o movimento do dispositivo de abreviação do tempo de luto e ao tratamento médico quando este se estende.

Palavras-Chave: luto, poder, internet, método, Foucault.

Introdução

Máquinas de fazer ver, falar e ouvir. Máquinas de produção de verdades. Máquinas de produção de sujeitos. Isto é um dispositivo (Deleuze, 1995). Para a cartografia, que busca compreender por que somos como somos, porque experienciamos acontecimentos de determinadas formas, mapear os movimentos de um dispositivo na história é tarefa importante. “A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos [...] é o próprio corpo do devir [...]. A genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história” (Foucault, 1979, p. 22). Na filosofia foucaultiana, a história não funciona como uma “análise do passado e da duração, mas como iluminação das transformações e dos acontecimentos” (Revel, 2005, p. 59).

A filosofia de dispositivo, na perspectiva de Deleuze (1990), produz algumas implicações e consequências, como o repúdio aos conceitos universais, o abandono de uma busca do eterno para apreender o novo, o estímulo aos processos de criação, o trabalho do pesquisador no desembaraçamento das linhas que compõem o dispositivo e o acompanhamento dos efeitos do dispositivo. Ancorar-se nesta filosofia e pensar o luto como dispositivo é olhar para sua rede de relações.

O luto enquanto dispositivo possui uma história marcada por tensionamentos entre práticas e teorias explicativas. Até a alta idade média, a morte era tratada com naturalidade e proximidade que acarretava uma vivência coletiva da mesma (Dantas, Borges & Dutra, 2021). Morrer nesse período pressupunha uma cerimônia coletiva de despedida no leito com a participação de todos os membros da comunidade e rituais coletivos de rememoração das perdas. Entretanto, a partir da baixa idade média com a ascensão do cristianismo caminhou-se para uma individualização dos rituais ao tornar o indivíduo responsável por sua salvação (Ariès, 2012; Dantas, Borges & Dutra, 2021). Posteriormente, a cientificidade ocupa-se da morte, consolidando uma vivência individual da perda em que falar sobre a perda e sua dor torna-se indesejável na medida em que a morte se converte em um interdito e os rituais passam a ser organizados fora de casa, por companhias funerárias e pelos demais familiares (Ariès, 2012; Dantas, Borges & Dutra, 2021).

No Brasil, ao final do século XX, reserva e discrição passam a reger vivências de luto e os rituais que o cercam. Acompanhada por uma expansão demográfica, modificações nas configurações familiares e aceleração do tempo, na modernidade cria-se certas expectativas e regras comportamentais comuns a respeito do luto nos centros urbanos que envolvem o comedimento na exteriorização dos sentimentos, gestos e expressões tanto de quem sofreu

uma perda bem como das pessoas a sua volta, sustentada pela vergonha e embaraço (Koury, 2014).

A economia dos afetos realiza-se através do distanciamento do enlutado, uma vez que convencionou-se à comunidade respeitar sua privacidade e participar dos rituais funerários, enquanto a pessoa em luto deve manter a dignidade e se portar de forma comedida. Desse modo, é reforçada a elaboração da perda como uma tarefa individual permeada pela solidão e pelo desejo de que o outro descubra seus reais sentimentos (Koury, 2014). Do contato com essas transformações, nos perguntamos: quais são e como foram estabelecidas as verdades sobre o luto? Quais as formas legitimadas de viver o luto no nosso período histórico? A quais urgências o dispositivo do luto responde hoje?

Nos caminhos trilhados pelos autores que aqui vos falamos, durante os primeiros momentos de revisão bibliográfica uma certa tendência de abordar o luto como questão clínica mostra-se constante. Em teorias renomadas, o luto é formulado nos termos de necessidade de elaboração, modificações e fases lineares, tarefas terapêuticas, e necessidade de quantificação e diagnóstico de sintomas (Freud, 1996; Kübler-Ross, 1981; Worden, 2013; APA, 2014). Essas características do luto nos apontam uma compreensão individualizante, no sentido de que há um enfoque maior sobre as ações psíquicas do sujeito.

O contato com essas produções suscitaram algumas perguntas. Quais processos sociopolíticos levam ao luto ou aumentam suas chances de ocorrer? Por que o luto parece deslocado desses processos? O incômodo dessas questões nos moveu na procura de mais produções sobre o assunto até nos esbarramos com as formulações de Judith Butler (2019) e Maria Regina Andrade (2019). Butler estabelece uma relação entre morte, luto e política ao postular que o modo como a certos corpos é legitimado ações violentas que culminam em morte e impactam o reconhecimento social do seu luto. Para a autora, características corporais assim como o pertencimento a certos territórios e classe social formam enquadramentos que distinguem vida de não vida, legitimando certas tendências afetivas e éticas. Em suma, não se pode enlutar alguém que nunca foi reconhecido enquanto vida (Butler, 2019).

Butler (2015) conclui que o reconhecimento do luto é fruto de uma ontologia corporal composta pelo *a priori histórico*, uma série de esquemas que aglutinam as normas e ideias que incidem sobre os corpos dos sujeitos em uma época. O reconhecimento de um luto ocorre somente quando a vida se apresenta como tal nas determinações anteriores a ela e, portanto, cria-se uma hierarquização valorativa da vida a depender de sua conformidade a essa ontologia. Este reconhecimento influencia no processo de luto modificando o modo como a

perda é vivenciada nos casos em que a vida não é reconhecida. Logo, a perda e o processo de enlutamento não é vivenciado de modo universal.

Já a dissertação de Andrade (2019) nos atravessou pela sua potência de divergência dos entendimentos individuais do luto ao analisá-lo como um problema coletivo e comunitário, e não como problema clínico. Investigando o enlutamento de familiares que perderam seus entes assassinados devido a participação em movimentos sindicais e reforma agrária, a autora constata que a elaboração do luto pode levar ao engajamento político e ingresso em movimentos sociais.

Partindo da ideia de realocação de afetos de Freud, Andrade (2019) verifica que a tristeza inicial do processo de luto por vezes é substituída por indignação dirigida ao discurso estatal que culpabiliza os mortos e justifica práticas como a violência empregada por fazendeiros, a lentidão da investigação criminal e a consequente impunidade dos mandantes. O novo sentimento impulsiona os familiares a contribuir no processo de investigação e agir politicamente para concretizar mudanças almejadas, uma movimentação em busca por justiça que também é uma possibilidade de simbolizar a perda.

Enquanto as formulações de Butler (2015; 2019) lançam luz sobre como os processos de distribuição de morte estão relacionados ao próprio reconhecimento da vida, a tese de Andrade (2019) indica possíveis aberturas, pesquisas em que a elaboração do luto não passa pela análise do indivíduo isolado ou de rotinas hospitalares, mas pela coletividade, na forma dos movimentos sociais e do amparo dos companheiros de lutas. Sua tese abriu um horizonte de perspectivas que nos move na esperança de encontrar narrativas não hegemônicas, com pouca visibilidade no discurso acadêmico. Quais as possíveis linhas de fuga ao poder desse dispositivo?

Neste trabalho escrito a duas mãos que se multiplicam em tantas outras, pretendemos desdobrar as concepções e olhares do e para o luto, a fim de aumentar as possibilidades de uma vida potente, ativa. Nossa atenção será encaminhada para as exterioridades do fenômeno estudado, as intersecções, as relações entre forças de diversas naturezas e as organizações rizomáticas, pensando como perdas e lutos estão vinculados aos mais diferentes elementos. Como o luto é produzido na internet, em termos de seus elos? Quais práticas e configurações acontecem no campo pesquisado? É buscando identificar essa e demais possibilidades que esse trabalho se movimenta amparado em Deleuze & Guattari (1995) e Foucault (1979). O objetivo do trabalho é compreender como se configura a experiência do luto na internet, mapeando estereotipadas linhas de captura dos sujeitos e movimentos de resistência, às experiências do luto de forma singular e potente.

Método

Tendo em vista os objetivos deste trabalho optamos por ancorar o trabalho na filosofia de Deleuze & Guattari (1995) e Foucault (1979) na medida em que entendemos que suas teorias e metodologias pretendem ampliar as possibilidades da construção do conhecimento e sua inseparabilidade da prática, recusando saberes reducionistas, explicações transcendentais e buscando a interpenetração dos conhecimentos e campos, de modo a compreender como nos constituímos como sujeitos e como, com esses (re)arranjos do conhecimento, podemos transformar a realidade.

Regis e Fonseca (2012) compreendem que a filosofia platônica, pilar da ciência moderna, produz operações e efeitos nocivos à vida. O platonismo, por meio de seus princípios de corte do mundo em duas partes, instaura uma racionalidade de rivalização entre essência-aparência, verdade-mentira, inteligível-sensível, mente-corpo, etc. Uma nova ética é instaurada e os efeitos dessa racionalidade são diversos, como busca pela verdade apoiada na rivalidade entre ideias-sensibilidade, exclusão e exorcismo das aparências, valoração e hierarquização dos elementos do mundo, limitação da possibilidade de viver ao acaso e diminuição do papel da conduta ativa para aumentar uma conduta de contemplação passiva (Regis & Fonseca, 2012). “É por isso que uma das nossas atividades precisa ser a de reverter o platonismo através da exposição dos simulacros [...]. Uma forma de pensamento aliada e não alienada do desejo que [...] queira-se problematização e não resposta [...] (Regis & Fonseca, 2012, p. 276).”

Se afastando do princípio de neutralidade que a ciência moderna se vale, a proposta metodológica é que o cartógrafo seja contaminado e se deixe levar pelos fluxos e forças que habitam o território que se propõe habitar, pois “a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo”, e ao invés disto “o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente” (Passos, Kastrup & Escóssia, 2015, p. 57).

O método genealógico, utilizado em agenciamento com o cartográfico, é uma pesquisa histórica que não busca encontrar no passado o ponto de origem e a linearidade dos acontecimentos, mas sim deduzir “da contingência que nos fez ser o que somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos” (Revel, 2005, p. 53). A proposta é explicitar e promover uma luta contra as relações de dominação de

alguns discursos sobre outros. Amplificar as forças e vozes menores, agitar novas combinações dentro de um território, romper a repetição circular para dar espaço ao novo.

O agenciamento entre esses dois métodos, cartográfico e genealógico, resulta em uma escrita que é mais do que mera expressão de resultados. Na medida em que são feitas escolhas de palavras, de recortes e de ênfases, o escrever se estabelece como “posicionamento ético, estético e político: todo escrito objetiva as escolhas de seu autor ao mesmo tempo em que comporta inúmeros outros dizeres possíveis, porém não pronunciados; todo dito se apresenta [...] via leitor que necessariamente (re)cria o lido e igualmente se posiciona” (Nascimento & Maraschin, 2012, p. 88). Ler ou escrever é um processo de múltiplas cadeias de afetação e interação.

Com esses aportes teóricos e metodológicos, estabelecemos como domínios para observação as redes sociais YouTube, Facebook, Netflix, além de sites mostrados pela página de busca do Google. O período de cartografias se deu de março a maio de 2022. Cabe ressaltar que no YouTube e no Google, os primeiros resultados mostrados são aqueles com maior número de acessos em língua portuguesa, e nossa observação foi a destes conteúdos.

No Youtube, o descritor “luto” foi usado na barra de pesquisa, e dentre os resultados foram assistidos os vídeos: *10 coisas que aprendi sobre Luto*, *O luto - Mario Sergio Cortella*, *Luto - Ana Beatriz*, *O luto não é uma linha reta - Guilherme Alf*. No facebook, lemos comentários, postagens e publicidades presentes nos grupos: *Acolhendo o luto por animais*, *Luto (Acidentes de Trânsito)*, *Luto de Mãe*, *Luto - Vítimas da Covid-19*. Na Netflix, foram assistidos conteúdos relacionados ao luto: *Extremis* e *Se algo acontecer... Te Amo*. No Google, a frase “como lidar com o luto” foi pesquisada e os resultados foram os sites: puers.br, vittude.com, zenklub.com.br, blog.psicologiaviva.com.br, psicologosberrini.com.br, istoe.com.br, saude.ce.gov.br, danonenutricia.com.br. Também no Google foi pesquisado “cartilha luto” e foram mostrados os materiais das instituições: *PUC Campinas*, *Escola Politécnica da Fiocruz*, *Unesp Assis*, *Faculdade de Medicina da USP Ribeirão Preto*, *Escola de Direito da FGV Rio*, *Defensoria Pública do Estado da Bahia*, *Paz Universal serviços póstumos*, *Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul*.

“Numa cartografia, o que se faz é acompanhar as linhas que se traçam, marcar os pontos de ruptura e de enrijecimento, analisar os cruzamentos dessas linhas diversas que funcionam ao mesmo tempo” (Passos, Kastrup & Escóssia, 2015, p. 91). Um dos métodos de registrar esses processos de afetação e utilizado nesta pesquisa é o diário de campo, na medida em que a prática cartográfica é uma experimentação ancorada no real (Passos, Kastrup & Escóssia, 2015).

O novelo de linhas com derivações e direções variadas (Deleuze, 1990), vão tecendo diagramas. Mais do que conceitos, os diagramas são correlatos das formações sociais. São mapas dos fluxos do poder ou planos em que operam e interagem redes de forças, a exemplo dos diagramas da soberania e da disciplina presentes nas obras foucaultianas (Hur, 2018). Um diagrama apresenta distintos movimentos vetoriais e é virtual porque “se diferencia de suas formações atualizadas, como as máquinas concretas, os dispositivos, estratos e estrutura” (Hur, 2018, p. 174). Cabe também destacar que existem diferentes diagramas de poder em diferentes momentos históricos. É dentro dessa perspectiva que no presente trabalho se tecem dois diagramas, o do biopoder e o da disciplina.

Desenvolvimento

1. Diagrama da Biopolítica

A biopolítica sinteticamente pode ser definida como o controle dos corpos, é o modo como se governa coletivamente os processos de vida e morte (Furtado & Camilo, 2016; Foucault, 1988; 2008). O poder que até o séc. XVII era concentrado na figura do soberano, responsável por deixar viver ou fazer morrer, tem sua dinâmica modificada com a reorganização do estado e do capital. As questões de saúde pública tornam-se relevantes visando esmiuçar a fecundidade, mortalidade, morbidade, sexo, raça, e, posteriormente, legislando sobre os processos de saúde, higiene e reprodução (Foucault, 1979). O estado começa a se preocupar com a durabilidade da vida e o poder passa a tentar prolongar a vida e deixar que algumas dessas morram em função do retorno que estas produzem ao capital (Foucault, 1988). Em suma, o gerenciamento das vidas busca majorar as forças e potencialidades das vidas tornando-as produtivas o máximo de tempo possível.

1.1 Neoliberalismo: o luto enquanto oportunidade de se aprimorar.

“...seus ensinamentos seguem em uma tentativa de consolidar esses postulados que caminham para ‘a transformação feita pelo luto’, ‘viver o dia de hoje’, ‘aproveitar a vida a cada segundo’. Quase como se o luto fosse uma oportunidade de nos melhorarmos.” (Diário de campo).

Cartografando o que se diz sobre o luto em conteúdos audiovisuais, nos defrontamos recorrentemente com críticas à classificação dos transtornos mentais e produções discursivas que tentam ressignificar a experiência do enlutamento. Fazendo contraponto aos

conhecimentos tradicionais sobre o luto e objetivando a hegemonia da área, esses vídeos culminam em conclusões que dizem sobre as transformações que o enlutamento proporciona, em ensinamentos, aquisição de novas perspectivas de vida e ganho de novas qualidades para o sujeito.

Causa estranhamento o modo como o luto é abordado e o incentivo a retirada de ensinamentos de uma experiência dolorosa. Nos perguntamos: quais valores organizam essa experiência e são produzidos a partir dela? Procurando respostas nas teorias que nos dão suporte, encontramos em Foucault (2008) formulações sobre o surgimento da figura do empreendedor de si enquanto resultado do neoliberalismo. A partir disso as ligações entre psicologia e neoliberalismo começam a ser clarificadas.

Desde sua instituição como ciência o liberalismo influenciou a psicologia, seja na definição da subjetividade conjugada entre a área experimental e social seja na ênfase dada à individualidade e na concepção de “uma natureza [humana] que nos iguala e exige liberdade, como condição para desenvolver nossas potencialidades como seres humanos” (Bock, 2002, p. 19).

A crise propiciada pela observação de liberais de que a existência de um estado liberal não era acompanhado da adesão a essa filosofia pela população, levou à conclusão de que era necessário fomentá-la (Safatle, Junior & Dunker, 2020). O neoliberalismo surge então como uma reformulação do seu antecessor buscando a expansão da sua filosofia econômica para as relações sociais através de movimentos para que o sujeito a introjete para si. Nesse sentido, a psicologia é utilizada como um dos modos de atingir esse objetivo a partir de

um profundo trabalho de design psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida (Safatle, Junior & Dunker, 2020, p. 23).

Foucault (2008) afirma que o neoliberalismo produz a figura do empreendedor de si tornando o sujeito responsável por seu autogerenciamento que ocorre em conformidade a certas regras, normatizando-os. Partindo da compreensão foucaultiana de poder (Foucault, 1979) o que o empreendedor de si realiza é se autogovernar segundo a lógica de um empreendimento, buscando a maximização do seu valor a medida que se torna ele próprio um produto e, simultaneamente, servindo como instância supervisora da adesão dos seus pares a

ela já que o indivíduo é seu centro de transmissão. Interessa ao neoliberalismo, a produção, a criatividade e o consumo que esse modo de ser ocasiona.

É essa subjetividade neoliberal que é fomentada e endossada pelos conhecimentos e práticas da psicologia (Palma, 2013). O neoliberalismo promove a “consolidação de um *ethos* terapêutico que situa tanto a saúde emocional como a necessidade de ‘realização pessoal’ no centro do progresso social e das intervenções institucionais” (Cabanas & Illouz, 2022, p. 80-81). A psicologia é chamada a produzir conhecimentos sobre essa subjetividade neoliberal afirmando a autonomia desse indivíduo na construção de um bem-estar psíquico e reafirmando os benefícios relacionais destes ao indivíduo enquanto que o sujeito empreendedor de si consome esses conhecimentos como uma possibilidade de melhorar-se. Possuir saúde mental e controle afetivo, na forma do que se denomina inteligência emocional, se torna um modo de aprimorar-se (Safatle, Junior & Dunker, 2020).

O que parece ter ocorrido com o movimento dessa parcela da psicologia apreendido pela nossa cartografia é a sua captura pelo neoliberalismo, especialmente pelo seu imperativo de constante melhoramento que ressoa no dispositivo do luto de forma dupla. É feita uma pacificação dos afetos do luto ao mesmo tempo em que ele mesmo é regido segundo a lógica do empreendedor de si como se verá mais à frente quando nos debruçarmos sobre o encontro de uma subjetividade resultante dessa força.

1.2 Positivando sujeitos.

“trata-se de dar um sentido positivo a cada acontecimento que permeou a perda de sua mãe. É tocante mas, simultaneamente, inusitado” (Diário de campo).

Como dito acima, os postulados encontrados no campo tentam formular modos como a experiência de enlutamento pode ser um meio de melhoramento do sujeito, entretanto, o mesmo extrato comporta também a positividade dessa experiência. Cabanas & Illouz (2022) ao falar sobre o encontro da psicologia com a positividade, afirmam que quando Seligman inicia o projeto da psicologia positiva no final do século XX dá aos discursos motivacionais um caráter científico.

Contando com incentivos financeiros de organizações religiosas e privadas estadunidenses, a abordagem inicia pesquisas sobre a felicidade e seus componentes resultando em uma série de postulados baseados em resultados que carecem de confiabilidade, em generalizações e imprecisões teóricas. Apesar disto, alcança grande relevância dentro e fora da psicologia, retirando do ostracismo profissionais do ramo terapêutico, como *coachs* e

autores de livros de autoajuda, e tendo seus conhecimentos utilizados também por economistas e administradores.

Para a psicologia positiva, a felicidade é o objetivo da humanidade. Não basta curar os problemas mentais e fornecer meios para ser funcional no cotidiano. O objetivo é maximizar a felicidade mesmo que o indivíduo já se encontre feliz. Para além de potencializar a felicidade em momentos ruins, isto também deveria ser feito em momentos bons. Não obstante afirmar que cada pessoa é responsável por ser feliz, a psicologia positiva se encarrega de ensinar o modo como a maximizar por meio da comercialização de cursos e ferramentas terapêuticas. Assim, a positividade é agenciada pelo neoliberalismo, utilizada para reafirmar o individualismo e legitimar políticas públicas de austeridade (Cabanas & Illouz, 2022). O encontro entre os chamados economistas da felicidade e psicólogos positivos produzem, por exemplo, teorizações sobre a independência da felicidade da situação econômica e social de um país, o que fundamenta a adoção de reformas neoliberais como no Chile.

Impactos desse movimento podem ser sentidos nas formulações sobre luto encontradas no território. Os postulados produzidos pelos profissionais citados na linha acima não comportam a dualidade e complexidade do fenômeno. O enfoque é posto sobre os impactos do luto no sujeito e de que modo, ao ressignificar a perda de um modo positivo, ele pode se potencializar. Na tentativa de superar o enfoque tradicional, definido como negativo e patologizante, se caminha para uma apreensão positiva do luto.

1.3 Eu a perdi para que...

O agenciamento entre neoliberalismo e positividade nos conhecimentos sobre o luto produzem subjetividade, a exemplo desta com que nos deparamos ao caminhar pelo território. Trata-se de um jovem adulto falando sobre a perda recente de sua mãe pela covid-19 em um vídeo. Conforme fala produz uma cadeia de significados sobre a morte dela. Assim a melhora que antecedeu a morte da mãe é lida como um tempo dado por ela para que os filhos aceitassem sua partida. A volta a sua cidade natal devido ao estado de saúde da mãe é entendida como uma oportunidade para sua família se imunizar antes dos de sua faixa etária, já que conseguiu se vacinar mais rapidamente por ser portador de uma comorbidade bem como sua esposa através do sistema de “xepa” e sua filha imunizada pelo consumo do leite materno. A morte da mãe também é significada como o motivo para uma maior proximidade entre os irmãos. Para ele, perder a mãe o levou a valorizar mais essas relações familiares. Em seu discurso são apreendidos detalhes sobre o processo de morte da mãe de maneira descolada

do contexto pandêmico. Escapa desse sujeito que a mãe faleceu no dia em que sua faixa etária começou a ser vacinada e de que políticas públicas de saúde poderiam ter sido adotadas para dificultar sua contaminação, não sobrecarregar o SUS e agilizar a aquisição de imunizantes.

Deleuze (1990) fala sobre como as linhas privilegiam a iluminação de certos pontos do dispositivo segundo a interação dos poderes nele presentes. Dentro da experiência de perda desse sujeito, a percepção privilegia fatos relacionais, é destacado acontecimentos de nível individual e borrados aquilo que diz respeito às influências coletivas, silenciando as decisões políticas e de saúde que influenciaram a sua morte. Os afetos que poderiam mobilizar revolta e ação são apaziguados e da morte da mãe são tirados ensinamentos. O agenciamento entre neoliberalismo e positividade conduz o olhar dos enlutados ao nível individual da sua perda e incentivando que ele a transforme em valor agregado a esse capital humano. “Um agenciamento em sua multiplicidade trabalha forçosamente, ao mesmo tempo, sobre fluxos semióticos, fluxos materiais e fluxos sociais” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 24).

1.4 Violências: mortes, raça e classe.

Investigando o dispositivo luto, esbarramos em seu vínculo com a violência. Linhas que se cruzam na Netflix, um catálogo de filmes e séries, o documentário “Se Algo Acontecer... Te Amo” narrativizam a morte de uma criança no tiroteio ocorrido em uma escola e o processo de luto dos pais.

Um casal heterossexual é mostrado em silêncio, com melodias lentas e chorando ao fazer contato com objetos da filha. É retratada uma escola, um corredor com sons de arma de fogo, gritos de crianças, sirenes e alguém que escreve uma mensagem de despedida no celular (Diário de campo).

O alto número de mortes por violência no Brasil pode indicar que também há um alto número de enlutamentos. Entre 2004 e 2007 um total de 192.804 pessoas foram mortas por arma de fogo apenas no Brasil, número maior do que as 169.574 pessoas levadas à morte pelas 12 maiores guerras ao redor do mundo somadas (Waiselfisz, 2013), o que torna compreensível a classificação do Brasil nos rankings de países violentos como o ranking Global Study On Homicide produzido pela ONU em 2013 e pela Small Arms Survey em 2016.

O luto, além de experiência individual, pode ser também o reflexo de um estado de coisas e das bases materiais. O fato de haverem apenas países latino-americanos e africanos

no topo das listas dos países com as maiores taxas de homicídio do mundo sugere que apesar da suposta independência, ainda operam na atualidade muitos efeitos das experiências de colonização (Schwarcz & Starling, 2015).

As diferentes posições na vida social revelam que o luto não é uma experiência humana universal, mas que alguns lutos se fazem mais rotineiros e se concentram nas rotinas periféricas, para grupos e comunidades pobres. “Mãe, mas eles não viram que eu estava de uniforme?” foi uma das últimas perguntas de Marcos Vinícius, uma vida interrompida em uma operação policial no Complexo da Maré (Perez, 2018). Essa interrogação demonstra que na medida em que existem menos critérios para a matabilidade de alguns corpos, alguns símbolos, como o uniforme escolar, expressam a chance de obter uma identidade outra: respeitada, mantida acima de suspeitas feitas com poucas informações e garantida em cidadania e direito de defesa.

Mais além da morte física, algumas pessoas estão mais sujeitas à violência do corpo e da memória social. Após sua morte, notícias falsas como a de que Marcos Vinícius estaria segurando fuzis - o que justificaria a ação dos policiais e o seu assassinato - circularam como hipótese e opinião pública. Em outro acontecimento, um ano após a chacina do Jacarezinho, a Polícia Civil derrubou o monumento que havia sido erguido em homenagem aos 28 assassinados durante a Operação Policial Exceptis, dentre eles um policial e moradores (Agência Brasil, 2022). Cabe aqui mencionar a luta entre narrativas e discursos: de um lado, a Polícia Civil divulgou uma nota em que justifica sua ação por considerar a ilegalidade da construção, a homenagem a traficantes e a apologia ao tráfico de drogas, dado que todos os mortos tinham passagens pela polícia. De outro lado, a Federação de Favelas do Rio de Janeiro criticou a ação por considerar a violação do direito à memória, o ataque às famílias dos mortos e a ilegalidade da demolição, dado que não houve nenhuma manifestação judicial a respeito da construção.

Mapear as linhas de poder é fundamental para compreensão destes fenômenos de exclusão, de justificação de vidas que merecem a morte e de vidas que merecem a miséria devido à sua ausência de esforços - lógica meritocrática. O capitalismo só pôde se desenvolver com auxílio do biopoder. Na medida em que o século XVIII teve um desenvolvimento agrícola marcante com aumento da expectativa de vida, da produtividade e das populações, uma diversidade de procedimentos e métodos passaram a ser utilizados por instituições como a família, a igreja, a escola, a medicina, a polícia, o governo e a ciência. Os resultados foram a “segregação e hierarquização social [...], garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia” (Foucault, 1988, p. 133).

No documentário “Extremis”, da Netflix, são acompanhadas decisões de vida ou morte na UTI de um hospital norte-americano.

Selena é negra e sua filha explica porquê evitou levar a mãe para receber cuidado hospitalar: “ela não queria que eu chamasse a ambulância porque ela pensou ‘são 2 mil dólares’, você sabe, então ela estava, tipo... ela não está na melhor das condições financeiras”. Quando suas crises evoluem para paradas cardíacas, Selena vai ao hospital, e vivencia uma morte que poderia ser evitada. (Diário de campo).

Raça e classe mantêm relações com outras linhas, como o luto. Assim como “mulheres e minorias [...] são, como comunidade, sujeitas à violência, expostas à sua possibilidade” (Butler, 2019, p. 40) com mais exposição do que outros corpos, o caso de Selena explicita a materialidade da teoria de Butler de que somos constituídos politicamente, e igualmente enlutados politicamente. Há comunidades que recebem maior exposição à perda e ao luto devido aos poderes do racismo, à desigualdade de posições da vida social e às implicações que as condições sócio-econômicas produzem.

Além das violências físicas e estruturais, uma outra parte do fenômeno da violência escolar, que se exerce também nas sutilezas e simbolismos, ajuda a pensar as práticas de violência menos visíveis. Abramovay (2002), em sua análise do ambiente escolar, trabalha com uma definição de violência categorizada nas formas de intervenção física e intervenção simbólica, e esta última nos revela maior frequência no cotidiano, menos desautorização para acontecer e menos choque nos noticiários: abuso do poder, ameaças, marginalização, furtos, distanciamento entre as posições de professores e alunos, retirada de diálogo e consideração, humilhação, apelidos degradantes, aulas cansativas em espaços físicos feios e sujos, etc. Esta concepção total, que acrescenta nuances simbólicas à violência direta e física, pode ser usada também para pensar as violências estruturais que se encontram e podem dar base ao dispositivo do luto, através da manutenção de práticas que matam antes mesmo dos corpos físicos serem afetados.

2. Diagrama Da Disciplina

A disciplina incide diretamente nos corpos os individualizando, os docilizando e punindo-os por meio de instituições, como igreja, escola, família, exército, etc (Furtado & Camilo, 2016). É através da disciplina que o ser humano se torna sujeito tendo em vista que a incidência dela nos corpos direciona comportamentos, afetos, discurso, aprendizagem e a vida

rotineira (Foucault, 1979). Disciplina-se os corpos, os moldando a um padrão de normalidade e pune-se quando o sujeito foge dela. Esse poder capilar

é um mecanismo que permite extrair dos corpos tempo e trabalho mais do que bens e riqueza. é um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância e não descontinuamente por meio de sistemas de taxas e obrigações distribuídas no tempo; que supõe mais um sistema minucioso de coerções materiais do que a existência física de um soberano. finalmente, ele se apóia no princípio, que representa uma nova economia de poder, segundo a qual se deve propiciar simultaneamente o crescimento das forças dominadas e o aumento da força e da eficácia de quem as domina (Foucault, 1979, p. 188).

2.1 A morte não é o fim, ela é como um ponto de impulso - Pantera Negra.

Foi frequente no território cartografado conteúdos que diziam sobre o luto a partir da cosmovisão cristã sobre a morte. Para estas a morte ocorre segundo os desígnios de Deus e não significa o fim da vida mas a passagem para o paraíso. É feita a distinção entre vida terrena e espiritual, sendo a primeira um pequeno aspecto da sua existência que deve ser guiada pela palavra de Deus para a conquista da vida eterna. Em suma, a morte não é o fim mas o princípio (Henriques, 2014; Portella, 2005). Os cristãos

atribuem a colheita, considerada a morte, como sendo melhor que a sementeira, que é o nascimento, pois que todas as benesses ou recompensas serão conferidas após sua morte aos que perseveraram na fé (Henriques, 2014, p. 15).

O modo como essas doutrinas concebem a morte influência no processo do luto como destaca o comentário de que “a tristeza no luto depende muito da maneira que ouve a morte... sei lá só Deus sabe” (Diário de campo). E é especificamente sobre essa tristeza e sofrimento que incidem esses conhecimentos. O cristianismo proporciona um modo de se ouvir a morte e nesse sentido, essas convicções conferem certo alívio ao sofrimento, na medida em que a morte significa salvar-se, encontrar-se com Deus e viver no paraíso livre dos sofrimentos terrenos (Paula, 2005).

Foram frequentes comentários nos vídeos cartografados que, baseado no entendimento de que a alma se encontra no paraíso e a morte faz parte dos planos divinos, respondiam a um relato de morte tentando consolar o sofrimento expresso ou deslegitima-lo. Tendo em vista esse entendimento do destino das almas, apregoam que não faz sentido persistir sofrendo por elas. Em suma o que ocorria era a contraposição à persistência do luto por um longo período

de tempo. Indo de encontro às formulações de Foucault (1979), o poder é exercido horizontalmente, entre indivíduos que não necessariamente se identificam como católicos ou evangélicos.

No *Facebook*, ofertas de livros escritos por líderes religiosos são os primeiros resultados para a busca por luto. Cabe notar, que esses livros possuem um caráter pedagógico com uma estrutura que se repete. Misturando relatos com conhecimentos psicológicos, filosóficos, religiosos e a experiência pessoal dos autores é feito um compêndio sobre o luto que culmina no incentivo e orientações para sua superação. Em uma das sinopses pode-se encontrar a seguinte afirmação: “este é um manual de consolo. [...] mas o consolo divino é maior que a dor do luto” (Diário de campo). Produz-se conhecimento sobre o luto e estabelece limites claros ao sofrimento. Os dois movimentos vistos delimitam e apaziguam o luto e, em última análise, legislam sobre a durabilidade do sofrimento ligado a ele.

O cristianismo, enquanto instituição, integra o poder disciplinar mas antes do surgimento deste já governava pessoas através do poder pastoral. Através da sistematização da ideia do pastor de ovelhas presentes nas sociedades egípcias e hebraicas, o cristianismo introduz no ocidente a possibilidade de governar pessoas como se faz com objetos e animais (Pretes & Viana, 2014) e influencia o desenvolvimento dos mecanismos de poderes posteriores (Porto, 2020). O poder pastoral é concretizado sobre indivíduos e centralizado na figura do pastor que os conduz objetivando aglutinar e proteger o rebanho enquanto os guia para a salvação. Tendo esse objetivo em vista, o pastor monitora cada integrante do rebanho e cuida para que nenhum deles se desvie da verdade e do caminho da salvação. O exame da consciência e o seu direcionamento feito por meio da confissão propiciava a regulamentação de gestos, crenças e comportamentos (Pretes & Viana, 2014; Costa, 2007). A alma e o corpo devem ser monitorados, analisados e controlados por serem considerados impuros e propensos ao pecado (Costa, 2007). É realizado um processo de individualização, por meio da sujeição do rebanho ao pastor e do controle e vigilância deste sobre cada componente do rebanho, que produz sujeitos (Costa, 2007).

Com o desenvolvimento no séc. XVII do biopoder (Foucault, 1988), que surge visando o gerenciamento da vida, técnicas do poder pastoral são anexadas ao biopoder. O biopoder desenvolve-se em duas formas complementares: a regulação da população e o disciplinamento do corpo humano, e é dentro deste último que se insere o poder pastoral. Seu objetivo deixa de ser a salvação e passa a ser a saúde (Costa, 2007). Sua doutrina legisla por meio de concepções religiosas a normalidade, como é o caso visto aqui no luto.

2.2 Medicalização: A Redução Do Território E Da Complexidade Da Vida.

Medicalização é definida por Brzozowski e Caponi (2013) como um processo em que acontecimentos vitais que estavam fora da ordem médica, como morte, nascimento, sexualidade e envelhecimento, passam a ser explicados e classificados como problemas médicos diagnosticáveis e tratáveis. Na esteira da medicalização, se bifurca uma construção mais específica através dos saberes de saúde mental. Nos sites com que nos encontramos, a maioria dos autores serem psicólogos, psiquiatras ou serviços de saúde mental nos indica a intensidade com que o luto é associado a essas áreas e capturado por elas.

“Como lidar com o luto” é nossa busca no Google e os sites mostrados em maioria são de psicólogos, psiquiatras e serviços de saúde mental. Em um site, o luto patológico é o que se estende por um longo período de tempo e impede que a pessoa realize as tarefas de seu cotidiano. Em outro, o luto patológico é quando a pessoa enlutada evolui com sintomas de ideação suicida. Para outro, é quando não há superação da dor e habilidade de seguir em frente (Diário de Campo).

Ao nos depararmos com estes dados, nos perguntamos: por que em sites que pretendem orientar as pessoas os critérios diagnósticos não são unificados, mas são definidos de formas tão distintas? O próprio DSM-V, manual de referência em diagnóstico de transtornos mentais para os profissionais de saúde mental, coloca o Transtorno do Luto Persistente em um capítulo denominado Condições Para Estudos Posteriores, onde ficam os diagnósticos em que as “evidências científicas ainda não estão disponíveis para validar um amplo uso clínico” e que portanto os critérios diagnósticos “foram incluídos para destacar a evolução e a direção dos avanços científicos nessas áreas e para estimular pesquisas futuras” (APA, 2014, p. 783). É contraditório que o manual que se pretende científico ofereça critérios que não se destinam ao uso clínico oficial, mas que guiam a percepção e o raciocínio dos clínicos no momento em que descreve precisamente tais critérios.

O DSM em sua 5ª edição ele apresenta o Transtorno do Luto Persistente a partir da presença de ao menos 6 dos 12 sintomas descritos nos eixos Sofrimento Reativo à Morte e Perturbação Social, que devem persistir pelo período mínimo de 12 meses no caso de adultos e 6 meses em crianças. Para que o Transtorno do Luto Persistente possa ser enquadrado como tal, “a natureza e a gravidade do luto devem estar além das normas esperadas para o contexto cultural relevante, grupo religioso ou estágio do desenvolvimento” (APA, 2014, p. 790). Período máximo e normas culturais esperadas. Ao que essas delimitações e produções editoriais e médicas respondem?

Buscamos base de reflexão na lembrança de que conforme o biopoder foi um regime indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, seus efeitos operam nas relações públicas e privadas da vida. Foucault (1988, p. 133) descreve que “a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder” teve um impacto no desenvolvimento do capitalismo ainda maior do que o papel da moral ascética, a desqualificação do corpo. É nesse cenário que a racionalidade científica se insere como uma tecnologia de gestão das populações, e aqui vale uma retomada histórica de algumas transformações pelas quais essa racionalidade científica passou.

Dentro do campo médico, o neurologista e criador da psicanálise, Freud, aborda em 1915 o luto enquanto um processo natural de realocamento de libido frente à perda. Para ele, ao perder um objeto amado o ego inicia o Trabalho do Luto de retirar do objeto a libido investida, causando certa indiferença pelo mundo externo bem como dificuldades em eleger novos objetos de afeição e envolver-se em atividades que não se relacionem com a perda. Ao entrar em contato com as memórias do objeto amado o ego tomaria ciência de sua própria finitude e, simultaneamente, tentado por satisfações narcísicas, o ego rompe com o objeto e encerra o luto e sua postura introspectiva (Freud, 1996). Devido a essas características, a elaboração realizada pelo ego é ativa, não linear e possui uma temporalidade própria.

Marcando uma movimentação no entendimento do luto, em seu livro de 1969 a psiquiatra Elizabeth Kübler-Ross enfoca o luto a partir de reações que possuem uma linearidade, numa ordem em que o processo normal do luto culmina na aceitação da perda. Baseando-se na transcrição das experiências junto a seus pacientes em fase terminal, uma teoria sobre a morte e o morrer é elaborada e mais tarde utilizada também para a compreensão dos processos de luto. São descritos cinco estados subjetivos sequenciais (negação, raiva, barganha, depressão e aceitação) após o diagnóstico de uma doença incurável, que apontam para as diferentes atitudes e capacidades que as pessoas têm para encarar a morte, e que dependem da personalidade, de formas de enfrentamento ou defesas habituais e de histórico da vida pregressa (Kübler-Ross, 1981). Os estudos de Elizabeth Kubler-Ross receberam amplo reconhecimento acadêmico durante muitas décadas, e hoje passaram a permear o senso comum.

Combatendo o princípio do Trabalho do Luto (Worden, 2013), que permaneceu na base da maioria das formulações sobre luto no século XX, se posicionaram os trabalhos de Margaret Stroebe e Henk Schut (1999) na área de psicologia. Contrastando com as concepções antecedentes de que o luto seria um processo cognitivo de confrontar a perda e que, conseqüentemente, seria imprescindível trazer a realidade da perda para a consciência

tanto quanto possível para um desenvolvimento saudável do processo, o modelo Dual do Luto é formulado. Apesar de serem propostas duas categorias de respostas emocionais aos estressores associados à perda, a ênfase reside na dinâmica de oscilação entre elas. A Orientação para a Perda se refere à concentração em algum aspecto da experiência de luto e a Orientação para a Restauração se refere às fontes secundárias de estresse que exigem adaptações, como mudanças no controle financeiro, nos papéis sociais e na solidão inaugurada (Stroebe & Schut, 1999). Os autores concluem que a elaboração do luto, tratada como aceitação da perda, precisa de dosagens para que uma maior multiplicidade de lutos seja respeitada e que não apenas a elaboração do luto precisa receber atenção, mas também os movimentos concomitantes que o enlutado realiza para adaptação e reajustes de uma nova configuração de mundo.

Chama atenção que as abordagens mais compreensivas e idiográficas do luto tenham sido produzidas no seio do século XX, ao passo que modelos explicativos produzidos no século XXI, como o DSM-V, estejam mais preocupados com o diagnóstico e com a construção de limites e fronteiras da duração máxima permitida e das “normas culturais, religiosas ou apropriadas à idade” (APA, 2014, p. 790). Limites e fronteiras que revelam os movimentos do poder disciplinar.

Um dos projetos oferecidos pela psicóloga no vídeo do YouTube é chamado Psicoterapia focal em luto. Esse projeto, em suas palavras, “tem caráter corretivo, realizado quando o enlutado apresenta transtornos gerados a partir do luto”. Em um site, a matéria diz que “a reorganização dos pensamentos e sentimentos são estratégias fundamentais para uma readaptação saudável. Um especialista em bem-estar emocional nos ajuda a viver o luto e recuperar esse lado emocional abalado, fazendo com que o luto se torne apenas uma saudade, uma memória afetiva boa de recordar, distante de pensamentos negativos” (Diário de campo).

Como reorganizar pensamentos? Como e por qual motivo é importante ficar distante de pensamentos negativos? O que seguir em frente e superar a dor implica? Por que as estratégias de lidar com as emoções aparecem no sentido de autocontrolar-se? Foucault (1987, p. 120) dirá que “a disciplina é uma anatomia política do detalhe”.

Após a era clássica, o final do século XVIII inaugura algumas novidades no âmbito das técnicas de poder, aplicando métodos que realizam um controle mais minucioso das operações do corpo. Estes métodos, nomeados de disciplinas, não nascem no século XVIII pois são encontrados ao longo de toda a história, mas a novidade reside no fato de sua aplicação generalizada, isto é, a disciplina não mais ocorre em regimes de abrangência social

específica, como escravagismo, vassalagem e treinamento de grupos militares (Foucault, 1987). As disciplinas agora se aplicam ao longo de todo o corpo social e têm como características – estas sim, novas – o foco nos efeitos de utilidade do corpo, a não domesticidade de um patrão com relação aos empregados, a aplicação de análise minuciosa, o teor cotidiano e a invasão da vida íntima de modo microfísico e micropolítico.

Se existem tratamentos baseados em normas psicológicas e experiências do ciclo vital, como o luto, regulamentadas pela psiquiatria, isto só foi possível graças a uma ideologia do individualismo (Vieira & Russo, 2019), como se define um processo histórico que passou a raciocinar os processos da vida centrando-se no indivíduo ou no “eu” interior. Esse processo mais tarde produziu a medicalização e, especificamente, a psicologização: uma crença e difusão dos saberes psicológicos – forças intrapsíquicas, na mente, na razão, no livre arbítrio, na deliberação ou no espírito.

2.3 Desterritorialização: tratamentos individuais e políticas públicas.

Procurando na página de busca do Google, as orientações de profissionais sobre como lidar com o luto foram predominantemente individuais. “Aos poucos, volte à rotina”, “construa uma rede de apoio”, “cuide da saúde física, mental e espiritual”, “busque ajuda”, “faça terapia”, “acolha suas emoções” foram algumas das dicas mais frequentes que observamos. Após dezenas de sites com a mesma natureza de orientações, encontramos uma variação. Um desvio.

Um dos resultados do google traz uma cartilha da Escola de Direito da FGV Rio intitulada “Cartilha Jurídica do Luto: orientações práticas e jurídicas aos familiares”. Fico atento à novidade. Acrescento a palavra “governo” e encontro uma outra “Cartilha de Orientação às Famílias em Luto. Acesso a informações e direitos”. O conteúdo é diferente e novo: direito sucessório e patrimonial, previdência, pensão por morte, seguros, guarda e tutela, quando alguém pode ser considerado desaparecido, doação de órgãos, certidão de óbito, trâmite funerário, providências para quando a morte ocorre no Exterior, gratuidade de sepultamento através do CREAS e uma grande diversidade de telefones e endereços para apoio (Diário de Campo).

Apesar de minoritária, uma outra forma de responder ao luto aparece. O luto e seus acessos a direitos, defensoria pública do estado, o luto e conexões que podem ajudar no momento da perda, orientações para classes sociais que não podem contratar serviços, endereços e telefones para obter ajuda ao invés do direcionamento simplista para “buscar ajuda”.

Se as propostas para lidar com o luto são em sua maioria estereotipadas, repetitivas e envolvem uma mesma sugestão de que os enlutados respondam no nível das suas habilidades psicológicas e internas, cartografar ganha um significado de subsidiar espaço para a subversão de uma cena cristalizada e com possibilidades reduzidas. Um mapa, uma cartografia, na medida que não propõe representar a verdade fidedigna e causadora de tudo, pode ser usado como “obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. [...] Um mapa é uma questão de performance” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 12).

No sentido de performances, ações políticas e meditações, a ampliação da ideia dominante de um luto individual só pode ser feita utilizando as noções de comunidade e direitos humanos. Abordagens comunitárias, pautadas nos direitos humanos e nas políticas públicas também podem ser formas efetivas de “tratamento” do luto.

Um dos comentários feitos em um vídeo no YouTube denunciou o incômodo com a analogia utilizada por uma doutora em psicologia enquanto palestrava sobre luto. “Eu honestamente tô cansada de psicólogos e demais profissionais da saúde que reproduzem esse discurso irresponsável sobre saúde mental. Eu sofro com depressão e TDAH e é um desrespeito ouvir um profissional comparar meu sofrimento com uma ‘unha encravada’” (Diário de campo). Essa crítica revela que as compreensões biomédicas de que os sofrimentos são problemas organicamente tratáveis ou peças de uma engrenagem a ser consertadas não servem a todas as pessoas. E o olhar pode se dirigir para as formas de vida que não são atendidas pelas teorias da norma e das majorias (Passos, Kastrup & Escóssia, 2015). É em Butler que encontramos ancoragem para um pensamento contra-dominante:

Muitas pessoas pensam que o luto é privado, que nos isola em uma situação solitária e é, nesse sentido, despolitizante. Acredito, no entanto, que o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética. Se meu destino não é, nem no começo, nem no fim, separável do seu, então o nós é atravessado por uma relacionalidade que não podemos facilmente argumentar contra [...] (Butler, 2019, p. 43).

Considerações Finais

O encontro com a ideia de Butler (2019) de que determinadas mortes não são enlutadas por não serem vistas como vida desde o princípio ecoou nos elementos que nos formam. Aquelas ideias soaram familiarmente e despertaram nossa atenção para nossos próprios recortes e vivências de contato com as propriedades das vidas precárias: gênero,

sexualidade, classe social e violência. Entretanto, para além de identificar os enquadramentos que delimitam as vidas passíveis de luto, queríamos nos encontrar com possibilidades de transformação social.

Contrariando a concepção estática da realidade que inicialmente tínhamos, o que encontramos foi um dispositivo que se move para abreviar o tempo do luto e direcioná-lo a certas elaborações. Nas linhas que compõem o dispositivo de luto, os saberes são usados para dar sentido a ele enquanto um fenômeno normal desde que circunscrito dentro de um período convencionalizado. Quando o sofrimento ultrapassa esse período referido, a nomeação é clara: luto patológico. Se os enlutados são vistos então como doentes, cabe aos profissionais de saúde mental o tratamento e cura desses sujeitos. Efetivamente, é sua função o disciplinamento dos corpos que escapam da temporalidade prescrita, reajustando-os a uma normalidade funcional e produtiva. Prática coerente com as exigências do neoliberalismo, em que a produtividade é importante para a manutenção da acumulação de capital. “O que importa não é aquela satisfação que, para os homens, se chama ‘verdade’, mas a ‘operação’, o procedimento eficaz” (Adorno, 1985, p. 5).

Junto de linhas de individualização, medicalização e regulação da produtividade das populações, também nos deparamos com algumas linhas de fuga. Enquanto muitos domínios da internet davam dicas das operações que um indivíduo poderia realizar para prevenir-se de chegar em estado de descontrole e patologia, algumas cartilhas contrariavam a hegemonia dos discursos individualizantes informando as pessoas sobre as possibilidades que o Estado apresenta para enlutados, um enfoque do luto junto aos direitos, políticas públicas e cidadania ampliada. As teorias do luto clínico são então subvertidas.

Cartografar o luto na internet, território vasto e diverso, foi também um processo nosso de afetações. Processo de abandono das hipóteses e métodos científicos rígidos. Processos de abandono das nossas durezas, buscas pela verdade e tentativas de unificar o mundo. Processos de abandono das nossas setas, escadas e linhas retas que apontavam direções precisas. Cartografar o luto foi também produzir lutos. Aprendemos a perder. Diminuímos nossas bagagens e ferramentas técnicas pesadas, dando espaço para as afetações que nos inundaram. Passamos a fazer viagens, encontrar o território com mais liberdade, olhar de frente, usar os sentidos, ficar atentos, perceber, sentir e deixar-nos afetar. E só depois pensar, raciocinar, elaborar e construir sentidos. Aprendemos, vagarosamente, que a nossa percepção é estratégia poderosa e primordial.

Referências

- Abramovay, M. (2002). *Escola e violência*. Brasília: UNESCO.
- Adorno, T. (1985). *Dialética do esclarecimento*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Agência Brasil. (2022). *Polícia Civil derruba monumento às vítimas da chacina do Jacarezinho*. Correio Braziliense, 12 de jun. de 2022. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/05/5007344-policia-civil-derruba-monumento-as-vitimas-da-chacina-do-jacarezinho.html>>. Acesso em 23 de maio de 2022.
- American Psychiatric Association - APA. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Artmed Editora.
- Andrade, M. R. C. (2019). *Do luto à luta: Memória e subjetividade ante às práticas de violência no campo no sul e sudeste do Pará*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA, Marabá, PA, Brasil.
- Ariès, P. (2012). Primeira parte: as atitudes diante da morte. In P. V., Siqueira (Trad.), *História da morte no ocidente: da idade média aos nossos dias atuais*. (pp. 29-101). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bock, A. M. (2002). Psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia. In A. M., Bock, M. G. M., Gonçalves & O., Furtado (Org.). *A psicologia sócio-histórica: Uma perspectiva crítica em psicologia*. (pp. 15-35). São Paulo: Cortez.
- Brzozowski, F. S., & Caponi, S. N. C. D. (2013). *Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos*. Psicologia: Ciência e profissão, 33, 208-221.
- Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. (1º ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* (1º ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cabanas, E. & Illouz, E. (2022). *Happycracia: Fabricando cidadãos felizes*. (trad. Humberto Amaral). São Paulo: UBU.
- Costa, M. J. A. (2007). *Uma analítica do poder pastoral - A emergência das disciplinas em Michel Foucault*. Memosine, 3(1), 80-110.
- Dantas, J. B., Borges, J. E. R., Dutra, A. B. (2021). *Entre a morte e a experiência de finitude: histórias e diálogos com o contemporâneo*. Rev. Nufen: Phenom. Interd., 13(1), 41-55.
- Deleuze, G. (1990). *¿Que és un dispositivo?* (Trad. de Wanderson Flor do Nascimento). pp. 155-161. Barcelona: Gedisa.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1995). *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. (trad. Aurélio Guerra Neto & Célia Pinto Costa). Rio de Janeiro: EDITORA 34.

- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. (13ª ed.). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (trad. Roberto Machado). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2008). *O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. (trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault, M. (1987). *Os Corpos Dóceis*. In: Foucault, M. Vigiar e Punir. 20ª. ed. Petrópolis: Vozes.
- Freud, S. (1996). Luto e melancolia. In. *Edição Standard das Obras completas de Sigmund Freud: volume XIV*. (pp. 245-266). Rio de Janeiro: Imago.
- Furtado, R. N. & Camilo, J. A. O. (2016). *O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault*. Rev. Subjetividades, 16(3), 34-44.
- Henriques, A. C. V. (2014). *Sobre a morte e o morrer: Concepções e paralelismo entre o catolicismo romano e o budismo tibetano*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PA, Brasil.
- Hur, D. U. (2018). *Deleuze e a constituição do diagrama de controle*. Fractal: Revista de Psicologia, 30, 173-179.
- Koury, M. G. P. (2014). *O luto no Brasil no final do século XX*. Caderno CRH, 27 (72), 593-612.
- Kübler-Ross, E. (1981). *Sobre a morte e o morrer*. (trad. Paulo Menezes). São Paulo: Martins Fontes.
- Nascimento, M. L. D., & Maraschin, C. (2012). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.
- Palma, N. S. (2013). *Formação em psicologia: cartografando linhas molares*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Parente, A. (2008). A comunicação como nova dimensão da produção de subjetividade. In N, Guareschi (Org.), *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. (pp. 43-53). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. D. (2015). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Paula, B. (2005). *A contribuição do consolo religioso na elaboração do luto: Apontamentos introdutórios*. Rev. Caminhando, 10 (2), 162-172.
- Perez, F (2018). *Mãe de aluno morto diz dormir com frase: 'Eles não viram o uniforme?'*. R7, Rio de Janeiro, 27 de junho de 2018. Disponível em:

<<https://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/mae-de-aluno-morto-diz-dormir-com-frase-eles-nao-viram-o-uniforme-27062018>>. Acesso em 22 de maio de 2022.

- Portella, R. (2005). *Os sentidos do além: Os imaginários da vida após a morte nos discursos da igreja e em narrativas de indivíduo*. (Dissertação de mestrado). Universidade Metodista de São Paulo - UMESP, São Bernardo do Campo, SP, Brasil.
- Porto, G. M. (2020). *Michel Foucault e o governo pastoral: Um paradigma de exercício político*. Rev. CIDP, (3), 799-828.
- Pretes, E. & Vianna, T. (2014). *Do pastorado ao governo (bio)político dos homens: Notas sobre uma genealogia da governamentalidade*. Rev. EPOS, 5(1), 131-156.
- Regis, V. M., & Fonseca, T. M. G. (2012). *Cartografia: estratégias de produção do conhecimento*. Fractal: revista de psicologia, 24, 271-286.
- Revel, J. (2005). *Michel Foucault. Conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz.
- Safatle, V., Junior, N. S. & Dunker, C. (2020). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Stroebe, M. S., & Schut, H. (1999). *The dual process model of coping with bereavement: Rationale and description*. Death studies, 23(3), 197-224.
- Schwarcz, L. M., & Starling, H. M. (2015). *Brasil: uma biografia*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Vieira, I., & Russo, J. A. (2019). *Burnout e estresse: entre medicalização e psicologização*. Physis: Revista de Saúde Coletiva, 29, e290206.
- Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da violência 2013: mortes matadas por armas de fogo*. São Paulo: Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.
- Worden, W. J. (2013). *Aconselhamento do Luto e Terapia do Luto: um manual para profissionais da saúde mental*. São Paulo: Roca.